

**CIDADE, URBANISMO E EXCLUSÃO: O PUNK E OUTRAS SUBCULTURAS
COMO FORMAS DE RESISTÊNCIA NO ALTO JOSÉ DO PINHO – RECIFE-
PE, NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

**CITY, URBANISM AND EXCLUSION: PUNK AND OTHER SUBCULTURES
AS FORMS OF RESISTANCE IN ALTO JOSÉ DO PINHO – RECIFE-PE, IN
THE 1980s AND 1990s**

Marco Antônio Gomes dos Santos¹

Ladjane Milfont Rameh²

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque³

Resumo

O objetivo deste artigo foi analisar a resistência cultural empreendida por jovens periféricos de uma localidade do Recife-PE, a partir da década de 1980 frente às pressões urbanísticas e processos de exclusão social ocorridos na cidade. Partindo dos pressupostos da História Cultural, as reflexões aqui expostas são fruto da análise de fontes orais e jornalísticas, bem como observação de campo nos meios culturais do Recife, que é frequentemente posto em vitrine como cidade multicultural. Os achados fazem parte de uma pesquisa em andamento que visa analisar a formação da(s) identidade(s) *punk(s)* na cidade nas décadas de 1980 e 1990. Nosso percurso começa pela revisão histórica do conceito de cidade, avança à questão do urbanismo e processos de exclusão e dialoga com a cidade enquanto representação. Por fim, tratamos do Alto José do Pinho e da cena *punk* recifense usando fontes jornalísticas, relatos de músicos e fontes secundárias. A localidade, outrora conhecida pela violência, hoje é um dos destinos culturais da cidade. Essa valorização foi iniciada com jovens imersos em pobreza e descaso, mas que encontraram no *punk rock* e em outras subculturas periféricas um ponto de união e expressão de suas sensibilidades.

¹ Doutorando em História pela UFRPE.

² Doutora em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi (2020).

³ Professora Associada III da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutorado em Geografia Humana pela USP (2009).

Palavras-chave: Cultura; Resistência; Punk Rock; História Cultural; Alto José do Pinho, Recife-PE.

Abstract

The objective of this article was to analyze the cultural resistance undertaken by peripheral young people from a locality of Recife-PE, from the 1980s onwards, in the face of urban pressures and processes of social exclusion that occurred in the city. The reflections presented here are the result of the analysis of oral and journalistic sources, as well as field observation in the cultural environments of the aforementioned city, which is often held up as an example of multiculturalism. The findings are part of an ongoing research that aims to analyze the formation of punk identities in Recife around the 80s and 90s. Our journey begins with the historical revision of the concept of cities, advances to the issues of urbanism and processes of exclusion and discusses the city as a by-product of human living. Finally, we deal with Alto José do Pinho and the Recife punk scene using journalistic sources, musicians' reports and secondary sources. The region, once known for violence, is now one of the city's cultural destinations. This appreciation was initiated by young people immersed in poverty and neglect, who nonetheless found in punk rock and other peripheral subcultures a point of union and expression of their sensibilities.

Keywords: Culture; Resistance; Punk Rock; Cultural History; Alto José do Pinho, Recife-PE.

Introdução

Esse artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que visa analisar a formação da(s) identidade(s) *punk(s)*, na cidade de Recife-PE, durante as décadas de 1980 e 1990. O motivo que levou ao problema de pesquisa refere-se ao fato de que o movimento *punk* participa ativamente da dinâmica sociocultural da cidade, estando presente em vários eventos oficiais e não oficiais, entretanto, as fontes jornalísticas acerca do movimento referentes ao período em análise até então encontradas (não aprofundadas nesse excerto) apresentam-no geralmente de maneira pejorativa. Uma hipótese que investigamos é que a participação de bandas *punks* dentro do movimento mangubeat – tornado patrimônio cultural imaterial do Estado de Pernambuco pela Lei 13.853, de 19 de agosto de 2009 (PERNAMBUCO, 2009) – contribuiu para essa aceitação oficial, já que

o punk, desde o seu surgimento na cidade, não deixou de fazer parte da dinâmica cultural recifense, marginalizado ou não.

O recorte diretamente analisado aqui refere-se a uma comunidade ou bairro periférico chamado Alto José do Pinho. Essa localidade é conhecida por ter gestado um movimento cultural ligado ao *punk rock*, *rap* e outros estilos musicais eminentemente periféricos, mas que não deixaram de dialogar com a cultura trazida pelos primeiros ocupantes do bairro, que em sua grande maioria eram pretos e pardos. Esse contingente populacional ocupou o Recife fortemente após a desagregação do sistema senhorial, porém foi expulso das áreas centrais da cidade pelos projetos de modernização e higienização encampados a partir do Estado Novo. O sistema senhorial, por sua vez, foi base da economia pernambucana durante a época colonial, e, ainda hoje permanece como um importante fator histórico que contribuiu para a formação sociocultural do Estado.

A metodologia desta pesquisa envolve fontes orais e fontes advindas da imprensa pernambucana, além de fontes secundárias sobre o período analisado e sobre os dias atuais, buscando também entender como esse passado se manifesta e é representado no presente. Não obstante, entendemos o *punk* como um movimento urbano de contestação. Portanto, buscamos explicações para esse fato em García (1990), que aborda a categoria cultura e seus desdobramentos, como subcultura e contracultura. Usamos também as concepções de Sandra Jatahy Pesavento (1995; 2004) acerca da cidade como um espaço de expressão e representação do passado e das sensibilidades. Fazemos ainda um diálogo entre as clássicas concepções de Henry Lefebvre (2002; 2008), Lewys Mumford (1982) e Raymond Williams (1990) acerca da ideia de cidade e de como o urbanismo enquanto ciência orientadora do espaço urbano tem influência nas maneiras de pensar, fazer e sentir em grupos que habitam a urbe – já que são muitas vezes responsáveis por processos de exclusão.

Ao pensarmos o Alto José do Pinho, zona periférica da cidade de Recife, como espaço no qual grupos de jovens que compartilhavam condições adversas, mas que adaptaram e ressignificaram manifestações culturais vindas de outras localidades à sua realidade concreta, trazemos a ideia de que as imposições da modernidade funcionam tanto no sentido da privação, quanto da resistência aos processos de exclusão inerentes a essas privações.

Nós utilizamos ainda da observação de campo, considerando March Bloch (2001) ao advertir que não devemos nos lançar ao passado sem entender sua relação com o

presente, bem como Isabel Guillen (2018, p. 114) que, ao analisar o fenômeno dos maracatus-nação em Pernambuco, considera que a imersão e o contato com grupos historicizados pode contribuir não apenas para formular novas questões, mas para uma melhor percepção das fontes analisadas: “[...] não hesito em afirmar que a compreensão que tenho dessa cultura hoje não pode nunca prescindir da experiência vivida no ‘campo’, na convivência com essas pessoas, para além das entrevistas formais gravadas”. Nesse caso, podemos afirmar, na mesma concepção que a autora, que a convivência com o movimento *punk* e nos espaços por eles frequentados por meio da participação em *shows*, eventos diversos, e até mesmo durante o processo de escuta dos depoimentos, além do mapeamento da ação desses grupos em outros cenários culturais da cidade se tornou imprescindível para entender as representações que esses indivíduos fazem da realidade e de seu passado, considerando que continuam atuantes na construção/ressignificação do espaço geográfico e histórico da cidade atualmente.

A cidade

Definir o que é uma cidade é uma tarefa árdua até hoje. Analisando Vasconcelos (1999), que elaborou um exercício baseado em diversos autores de campos variados do conhecimento, desde geógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos, algumas características que aparecem na maioria das definições dizem respeito a uma área geográfica, realização humana, concentração de indivíduos, atividade comercial e industrial, intercâmbio cultural, herança social, permanência no tempo, variações no tempo (fato histórico) e modificações do espaço (fato geográfico). Segundo o autor, em 1994 o geógrafo Milton Santos contrapôs a cidade como sendo uma realização particular, concreta e interna à ideia de urbanismo, que seria frequentemente abstrato, geral e externo.

Tal como qualquer realização humana, tanto as funções quanto as definições de cidade variam de acordo com o tempo em que a significação é buscada, bem como com a própria forma como ela se comporta ao longo de sua existência. A partir dessas considerações, visando entender nosso objeto de pesquisa, ou seja, o *punk* como movimento social e cultural urbano, optamos por pensar a cidade como um agrupamento humano, variável em tamanho, que se relaciona tanto com as funções econômicas, sociais e políticas exercidas, quanto com as relações que mantém com o entorno.

Nessa condição, a cidade é um dos locais onde se manifestam várias das realizações próprias do gênero homo, tais como cultura, conflitos, sensibilidades, frustrações e desejos. De acordo com Sandra Pesavento (2004), a História Cultural encontra nas cidades um campo temático para suas pesquisas. A autora prossegue afirmando que diferente das abordagens econômico-sociais com viés evolucionista do passado, essa vertente historiográfica aborda as representações que se constroem na e sobre a cidade, ou seja, o imaginário urbano que incide sobre espaços, atores e práticas sociais. Acerca das representações da modernidade, nas cidades desencadeia-se uma luta de representações entre o progresso e a tradição e, por conseguinte, os pontos de ancoragem da memória coletiva das políticas de patrimônio e identidade urbana. Em outro momento, Pesavento (1995), abordando Geertz (1981), explica que cultura é uma rede de significados socialmente estabelecidos, bem como que a cidade seria o espaço por excelência de construção desses significados. Essa cultura da urbe seria diferente da cultura em áreas rurais, mas, como veremos mais à frente, não deixa de ser tributária, principalmente quando consideramos que a ocupação de várias metrópoles brasileiras se dá por meio de um processo contínuo de êxodo do campesinato rumo às áreas urbanas.

Cidade e História

Luís Octávio da Silva (2002), analisando a História urbana como campo de estudos específicos, alerta que ela se desenvolveu com base nas contribuições da literatura inglesa e americana, apenas a partir do século XX. Anteriormente, ela era confundida com a História das cidades, de caráter mais particularista, quando se criaram correntes exigindo uma tendência mais generalista para tratar de categorias ligadas ao urbano. Não seria possível neste trabalho fazer um longo debate sobre a questão do urbanismo na História e da história do urbanismo, por este motivo optamos por abordar, de maneira geral, algumas perspectivas das transformações pelas quais passaram os agrupamentos humanos ao longo do tempo.

Henry Lefebvre (2002), em seu clássico *A Revolução Urbana*, publicado originalmente em 1970, aborda várias características em relação à função das cidades no passar dos tempos, além da forma como o urbanismo se vincula ao projeto capitalista que, por sua vez, impulsionou desde o século XVIII uma mudança na relação entre campo e cidade. Para Raymond Williams (1990), por suas características, a Revolução Industrial, sob certos aspectos, não encontra paralelo em outros lugares. Erigida sob um capitalismo

agrário altamente desenvolvido, contribuiu muito cedo para o desaparecimento do campesinato tradicional.

Acerca das funções, Lefebvre (2002) enxerga inicialmente a cidade com função política. Aqui, usamos a categoria de profissões (tendo ciência do anacronismo cometido) para descrever uma série de funções ocupadas pelos habitantes das cidades iniciais, tais como sacerdotes, guerreiros, príncipes, nobres e chefes militares que administravam a produção campesina. Lewis Mumford (1982), por sua vez, levanta a hipótese de que a primeira função da cidade talvez tenha sido ritual. A preocupação com os mortos e com o pós-vida teria levado aos primeiros santuários, antes mesmo de serem erigidas as primeiras cidades.

Antes de avançarmos, é bom deixar claro que estamos tomando como base principalmente a história europeia. E, mesmo na Europa, esses processos não se reproduziram da mesma forma, principalmente após o contato com civilizações de outros continentes. Tanto Lefebvre (2002), quanto Mumford (1982) e Williams (1990) concordam que entre os séculos XVI e XVIII a cidade comercial passará por várias transformações que precedem a cidade industrial que, intimamente ligada ao processo de automação e desenvolvimento tecnológico, marcará completamente a inversão total da relação campo-cidade.

Essas considerações se mostram relevantes, pois vamos abordar a questão da ocupação das periferias do Recife. Esse contingente foi oriundo da expulsão dos mais pobres do centro da cidade, que havia sido ocupado em larga escala após a desagregação do sistema senhorial entre o final do século XIX e o início do século XX.

Bresciani (2002), pensando a questão urbana, mostra que no século XVIII os estudos franceses já colocavam a cidade como uma entidade global, havendo preocupação com os fluxos, ruas e estradas. Já no século XIX, as mazelas decorrentes da industrialização passam a ser consideradas nos planos urbanísticos. Desde o século XX, o urbanismo mudou pouco até os dias atuais, sendo tributário de vários campos do saber.

No que tange aos subúrbios, Mumford (1982) afirma que se erigiram inicialmente como um lugar visando ao afastamento da vida citadina industrial. Combinavam características comuns às facilidades das cidades e qualidades do campo. Porém, pouco a pouco começaram a atrair pessoas e o crescimento causado pela introdução do automóvel acabou por minar essas qualidades. Ao longo das estradas de ferro, foram erigidas várias cidades entre os séculos XIX e início do século XX e, posteriormente, os automóveis

particulares ditaram boa parte da expansão da malha urbana ocidental. Em torno desses últimos, foram articulados os planejamentos urbanísticos principalmente no século XX (ARANTES, 2009; MUNFORD, 1982; WILLIAMS, 1990).

Com o acúmulo de mazelas sociais, começam a se formar ocupações ‘subsuburbanas’. Se os subúrbios, que de acordo com Mumford (1982) foram planejados visando à qualidade de vida da classe trabalhadora, as áreas mais periféricas foram gradativamente sendo ocupadas de maneira desordenada, não conservando condições salubres para a vida de seus moradores.

Ao analisar as formas urbanas brasileiras, Ermínia Maricato (2009) afirma que as favelas possuem semelhanças com os burgos medievais, ou seja, formas urbanas pré-modernas. São ocupações irregulares que mantêm relações clientelistas com os poderes legislativos em busca de anistia para sua regularização. Em todo caso, essa regularização ignora quaisquer características de um planejamento minimamente preocupado com questões ambientais, de saneamento, de sustentabilidade, de acesso, dentre outras. Ou seja, diferente dos exemplos elencados por Mumford (1982), as áreas periféricas brasileiras, desde sua gênese, estruturam-se no desordenamento.

Convém lembrarmos ainda de *O Direito à Cidade*, obra desenvolvida por Lefebvre, publicada inicialmente em 1968, que versa sobre o direito humano e coletivo, pensando nos habitantes da cidade e também nas gerações futuras, opondo-se à lógica de mercantilização generalizada de pessoas, territórios e natureza. Lefebvre (2008, p. 118), acreditava que o direito à cidade só poderia ser operacionalizado, baseando-se em uma “teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utiliza os recursos da ciência e da arte”. Para o autor, “só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização”.

Pesavento (1995, p. 282) alerta que devemos conceber o espaço das cidades como construído, ordenado e transformado, bem como que essas tendências têm relação com padrões de referências já estabelecidos. Por exemplo “[...] a ‘varrida dos pobres’ do centro da cidade, eram práticas sociais ligadas ao conceito de cidade moderna e civilização. Exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunham diante da necessidade de ‘ser’ e ‘parecer’ moderno”. Apesar da autora se referir à cidade de Porto Alegre, podemos afirmar que no Recife o ideário político e social não era diferente. A cidade em sua modernização foi claramente excludente com grande parte de seus habitantes. Por outro lado, as populações afetadas viviam e representavam os problemas que lhes eram

outorgados de formas diversas, relacionadas a processos de resistência à falta de moradias, às demolições e à expulsão de localidades que lhes eram afetivas. Esse processo de contraposição compreendia expressões como a arte, discursos, confronto direto e outras manifestações.

Em países como o Brasil, as desigualdades econômicas e sociais são imensas e acentuadas. As leis são aplicadas circunstancialmente e os planos diretores – instrumentos que deveriam guiar os planejamentos urbanos – são desvinculados da gestão (MARICATO, 2009). A modernização urbanística que existiu no país desde o início do século XX esteve marcada pelo signo da exclusão. Restou aos mais pobres, habitações em situação de risco, na beira de rios e córregos ou em encostas de morros sujeitas a desabamentos nos períodos chuvosos, além de um volume expressivo de pessoas sem terra e sem teto. Dados do IPEA mostram que em 2020, 0,1% da população brasileira residia nas ruas, o que corresponde a mais de 220 mil pessoas, porém o Movimento Nacional da População de Rua estima que esse número pode ultrapassar meio milhão de habitantes (PODER 360, 2020).

Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência, que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, nos anos 1990, outra de moradores de favelas em seu interior. Parte das nossas cidades podem ser classificadas como não cidades: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com transporte precário, a luz e água (esta não tem abrangência universal nem mesmo no meio urbano) (MARICATO, 2009, p. 140).

A construção mais recente das cidades em torno do mundo acompanhou os desígnios do capital. Arantes (2009) afirma que, além da especulação imobiliária e dos processos de exclusão, a partir da década de 1960, com a virada cultural, a questão da gentrificação (processo que busca valorizar determinadas áreas de interesse do capital imobiliário, por meio do apelo cultural e turístico) passou a tornar o valor das moradias insustentável e tendeu a empurrar os mais pobres para cinturões de habitações de risco no entorno das metrópoles, ou seja, a formação de não cidades nas cidades.

A realidade recifense

Albuquerque e Gomes (2013) detalham o processo em curso na cidade do Recife, que nos últimos anos recebeu um intenso fluxo de grandes operações urbanas, movidas por grandes empreendedores imobiliários, utilizando-se de alta tecnologia financiada pelo

capital local e internacional e que, do ponto de vista legal, são viabilizadas pelo Estado. Não obstante a própria ocupação da capital pernambucana ter sido um processo extremamente caótico e excludente, isso continua a ser acentuado nas últimas décadas.

A pressão exercida pelos poderes públicos sob o epíteto de modernização durante o século XX foi marca de Agamenon Magalhães, que governou Pernambuco em dois momentos distintos: durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, quando foi nomeado interventor federal; e entre 1951 e 1952, quando foi eleito, mas teve o mandato encerrado pelo seu falecimento precoce.

A sociedade brasileira do início do século XX era formada por populações de várias etnias. Somavam-se remanescentes da população indígena, povos negros traficados do continente africano e seus descendentes a povos de várias nacionalidades europeias e asiáticas importados a partir dos anos finais do século XIX. Todavia, a liberação da mão de obra escrava a partir de 1888 foi realizada sem nenhuma forma de reparação social. É esse contingente populacional que, em sua grande maioria, hoje ocupa as favelas brasileiras. Para Miranda (2002), as autoridades buscavam modernizar e industrializar a partir do branqueamento da população, por isso, a opção pela imigração de povos não africanos após o fim do sistema senhorial.

Em Pernambuco, a modernização do setor açucareiro provocou mudanças nas relações de produção na Zona da Mata. Esse fato contribuiu para aumentar o êxodo de lavradores, que já era constante devido à ocorrência de secas no Agreste e no Sertão. Parte dessa população se dirigia ao Recife, onde a marginalidade e o trabalho informal eram muitas vezes as únicas opções para os imigrantes. Sem infraestrutura para receber esse fluxo de pessoas, a cidade se adensou. Os retirantes começaram a ocupar as áreas alagadas, principalmente manguezais, mas também os mocambos. Sem água tratada e em péssimas condições sanitárias, essas pessoas se tornavam suscetíveis a enfermidades diversas, além de receberem a aversão das elites (MIRANDA, 2002).

O autor afirma que *A Liga Social Contra o Mocambo*⁴, criada em 1939 – que congregava representantes da prefeitura, do governo do estado e das classes abastadas do Recife – sob argumentos estéticos, higiênicos e caridosos, destruiu cerca de 100 mocambos por semana. A população que os habitava, segundo dados da Comissão Censitária dos Mocambos, era de 164.873 pessoas que ocupavam 45.581 mocambos.

⁴ Mocambo pode ser definido como uma forma de habitação precária e desconfortável, um casebre. Mas também pode se referir a comunidades formadas por remanescentes fugidos da escravidão negra.

Essas pessoas que tiveram suas habitações destruídas passaram a ocupar os morros da Zona Norte da cidade, visando não pagar aluguel e não ter novamente suas moradias demolidas (MIRANDA, 2002).

Na maioria das vezes, os planos urbanísticos no Brasil não incluíram os pobres, que, mesmo quando mencionados no planejamento, eram negligenciados na prática. Essa visão é compartilhada por Miranda (2002, p. 145) em relação ao Recife, quando afirma que “O urbanismo de exclusão passou a ser uma prática constante nos tempos de Agamenon Magalhães”. Richard Sennett (2003), em sua obra *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*, afirma que a civilização ocidental não tem respeitado a dignidade dos corpos humanos e sua diversidade. Na obra, ele se propõe a explorar como a arquitetura, o urbanismo e a vida cotidiana são expressos nesses corpos e como os projetos arquitetônicos dos modernos edifícios acabam por provocar uma privação sensorial do corpo e da liberdade dos movimentos. Relembramos o que diz Pesavento (1995), quando elabora que nem sempre os formuladores de propostas para a cidade, ou seja, arquitetos e urbanistas, levam em consideração o real e suas propostas podem muitas vezes se afastar das construções simbólicas realizadas pelos usuários daqueles espaços que são transformados.

Dialogando com Sennett (2003) e Pesavento (1995), podemos afirmar que esse processo de privação, por outro lado, provoca manifestações diversas, pois não entendemos que haja uma passividade dos corpos, das individualidades e coletividades frente a esses processos. Essa perda de conexão com as construções simbólicas das populações afetadas acaba por constituir resistências diversas. Em relação ao *punk* e outras subculturas periféricas no Recife, constatamos a existência de resistência contra os poderes instituídos – os quais entendemos como uma aliança entre os segmentos mais altos da sociedade e as instituições estatais. Chegamos a essa conclusão por dois motivos que possuem relação com a nossa pesquisa:

- a) historicamente esses movimentos se opuseram às dificuldades que enfrentavam ocupando espaços. Os bairros centrais da cidade Recife (Boa Vista, Santo Antônio, São José e Bairro do Recife), como assevera um de nossos depoentes, funcionavam como ponto de encontro dos *punks* (SANTOS, 2020). Não apenas de encontro, mas também de organização de eventos e troca de ideias/sensibilidades sobre a cidade. Esses grupos quase sempre caminharam fora dos grandes circuitos comerciais, realizando seus próprios eventos,

reassignificando espaços, representando sua maneira de pensar e conceber a cidade por formas diversas que incluem a música, a arte, a pixação, o grafite, o vestuário e a circulação de mídias alternativas;

- b) Atualmente, observamos em níveis variados que esses grupos possuem alguma participação dentro do aparato estatal, atuando em órgãos relacionados à cultura, acessando editais de fomento e participando de eventos que passaram a ser aceitos dentro do cenário político. É exemplificativo o fato de o carnaval recifense possuir um polo intitulado *Rec-beat* há 27 anos (em 2023), que abre espaço para artistas diversos fora das formas culturais tradicionais da cidade e do estado (ANTUNES, 2023). Outro ponto que movimenta o carnaval da cidade é o evento *Quarta Cinzas Rock*, que acontece há 15 anos, e no ano de 2023 contou com artistas ligados ao manguebeat como *Pádua e Via Sat*, ao punk com *Devotos e a* bandas que misturam o hip hop com metal como a *Plugins*, dentre outros (BARBOSA, 2023).

Voltando aos processos de exclusão, a ocupação das áreas de morro no Recife (onde se localiza o Alto José do Pinho) se dá a partir da década de 1940, quando um grande contingente populacional foi expulso do centro da cidade. O Alto, como é comumente conhecido, possui 41,5 hectares de área e hoje possui uma dinâmica cultural bastante diversificada. A localidade se conurba com outros bairros marcados pelas mesmas dificuldades de acesso, relações clientelistas e baixa renda *percapita* dos habitantes. Entre eles, estão o Morro da Conceição (ligado à figura de Nossa Senhora da Conceição, padroeira extraoficial da cidade); Mangabeira; Alto Santa Terezinha e Bomba do Hemetério (onde se localiza boa parte das iniciativas populares que alimentam alegorias e adereços do carnaval do Estado).

A análise empreendida por Sposito (1994) sobre jovens na cidade de São Paulo nos anos de 1980 pode ser extrapolada para outras metrópoles brasileiras. Ela afirma, baseando-se em Lopes e Gottschalk (1990), que nessa década, nos centros metropolitanos, havia uma convivência com altos níveis de desemprego e empobrecimento, que afetavam principalmente as parcelas mais miseráveis da sociedade. Esse estranhamento cria modalidades de reconhecimento da condição dos jovens, que podem ser traduzidas em estados de insegurança e indisponibilidade frente ao futuro. Essas dimensões excludentes devem ser compreendidas não apenas no âmbito econômico, mas também no plano sociocultural. A socialização promovida

principalmente pelas instituições escolares não é tão efetiva para compreender as relações de identidade da juventude. Nesse caso, a rua acaba por se inscrever na sociabilidade urbana, sendo necessário considerar especificidades históricas (SPOSITO, 1994).

As ruas dos bairros centrais do Recife, nos anos de 1980 e 1990, eram pontos de encontro de diversos jovens. Esses contatos muitas vezes se davam por amizades surgidas no ambiente escolar, mas não somente. Os grupos eram formados por moradores de localidades diversas que tinham em comum, em sua grande maioria, a origem periférica. Isso se explica pelo fato de que o centro da cidade representava para muitos jovens o único local no qual tinham acesso a lazer, a parques, praças e outros espaços que não faziam parte da dinâmica das periferias.

Além disso, essa área concentrava várias escolas públicas do antigo ginásio (5ª a 8ª série ou 5º ao 9º ano nos novos parâmetros curriculares) e ensino médio, sendo por vezes as únicas opções para continuidade dos estudos. Montarroyos (2010, p. 38) atesta esse cenário quando fala de grupos de estudantes que frequentavam *o Beco da Fome* “conglomerado de bares e lanchonetes que não prezavam muito pela higiene” no qual se reunia “uma contracultura de jovens vestidos de preto, a maioria fãs de *thrash metal* e *punk rock*”⁵.

Vale frisar o que é posto por Michel Maffesoli (1998, p. 9) ao afirmar que nas cidades os grupos se formam por afinidades, sentimentos comuns ou experiências vividas coletivamente. O autor afirma que existe rotatividade entre os membros do que ele chama de neotribos, que diferem do tribalismo clássico caracterizado por sua estabilidade. É evidente que, tal como as massas estão em permanente agitação, as (neo)tribos que nelas se cristalizam também não são estáveis. “As pessoas que compõem essas tribos podem evoluir de uma para outra”. Não era incomum que jovens que gostassem da música *punk*, também admirassem outros estilos de *rock*. Apesar de constituírem uma cena diversificada, esses jovens experienciavam situações vividas coletivamente em relação às vulnerabilidades sociais que lhes circundavam.

⁵ Para os não iniciados, às vezes é difícil entender as relações e fusões dos diversos subgêneros do *rock*. *Thrash metal* é uma das vertentes mais agressivas e rápidas do *Heavy Metal*, esse por sua vez, um subgênero do *rock*. Alguns pesquisadores, por outro lado, consideram que a agressividade vinda do *thrash* advém do *punk*. Ainda é possível encontrar bandas e grupos musicais que convergem esses dois estilos/subgêneros no que é conhecido como *crossover* ou *thrashcore* (cujo maior exemplo brasileiro é o *Ratos de Porão*). Não raro, uma banda pode passear por composições de estilos e gêneros entre canções diferentes e/ou dentro de uma mesma canção.

O movimento cultural do Alto José do Pinho e os *punks* no Recife

De andada no Alto, meu povo
Tem gente que anda de lado
Tem gente que anda com bíblia
Que anda com arma e que anda fardado
(Devotos – De Andada)

Montarroyos (2010), na obra intitulada *Devotos 20 anos*⁶ – que fala sobre a trajetória da banda de *punk rock* e *hardcore* *Devotos*, formada por músicos nascidos e residentes no Alto José do Pinho – apresenta duas possíveis versões para o nome da localidade. Uma afirma que José do Pinho era um homem idoso que no início do século XX animava festas no pequeno povoado. A outra diz que José era um fabricante de violões de pinho, proprietário de algumas terras, e que por causa de uma dívida contraída com as famílias mais abastadas do local visando financiar seu bloco de carnaval (intitulado *Inté Meio-Dia*), acabou sendo obrigado a vender suas posses.

Mesmo dentro da comunidade, havia divisão social. Os de maiores posses ocupavam as ruas do centro, enquanto os mais pobres habitavam os arredores do Alto, ou seja, “a periferia da periferia”. O bairro dependia de água da comunidade vizinha, a Bomba do Hemetério, e era preciso carregar essa água em baldes até o Alto. Entre os anos de 1950 e 1980, a comunidade recebeu algumas melhorias como calçamento e iluminação elétrica, tendo na pessoa de Dona Detinha uma líder comunitária. Ela se encarregava de levar as demandas aos poderes públicos, tendo sido inclusive recepcionada pelo presidente militar João Figueiredo (1979-1985) (MONTARROYOS, 2010, p. 21).

Montarroyos (2010) vai ao encontro de Miranda (2002), quando afirma que muito da diversidade musical e cultural do bairro vem do fato de que seus primeiros habitantes, em grande parte, vieram das áreas rurais pernambucanas e conservaram manifestações tradicionais como caboclinho, maracatu e afoxé. Em relação ao *punk*, em uma escuta de narrativa realizada com Cannibal – nome artístico de Marconi de Souza Santos, vocalista e líder da banda *Devotos* – ele afirma que o movimento tinha sua organização no centro do Recife, por pessoas de várias classes sociais, sendo a maioria composta por integrantes das periferias. “O Alto José do Pinho não tinha um movimento *punk* em si, mas um

⁶ A obra que aqui tomamos com fonte secundária, foi realizada a partir de depoimentos de moradores e músicos, além do uso de fontes jornalísticas sobre a comunidade do Alto José do Pinho.

movimento de bandas de *rock* que se juntou às bandas e manifestações populares, tais como o *Maracatu Estrela Brilhante* e o *Afoxé Ilê de Egbá*” (SANTOS, 2020, [s/p]).

Montarroyos (2010) aponta para uma coexistência pacífica no bairro entre diversos segmentos sociais (talvez não tão pacífica nos últimos anos, dado o cenário político e social do país). O bairro possui uma rádio comunitária intitulada *Alto Falante*, mantida pela ONG de mesmo nome, existente desde 2002. Essa rádio executava uma programação variada, indo do samba ao *punk rock*. Pesquisamos sobre seu funcionamento, detectamos uma interrupção e verificamos que músicos da comunidade estão buscando meios para retomar as atividades. O autor, ao descrever a dinâmica do bairro, presencia a existência de bares, lanchonetes e outros estabelecimentos comerciais, sendo marcado pelo convívio de pessoas de várias designações religiosas, como umbandistas, católicos, evangélicos e candomblecistas.

Vale dizer que o Alto gestou além da *Devotos* – que inicialmente se chamava *Devotos do Ódio* – o grupo de rap *Faces do Subúrbio*, a escrachada banda de *punk-rock* *Matalanamão* (com letras de cunho sexual em crítica aos ‘bons costumes’), além dos grupos *Terceiro Mundo*, *Arma da Verdade*, *A Ostenta*, *B.U.*, dentre outros. Uma questão importante a ser citada é que, além dos problemas anteriormente relatados, é comum que moradores dessas áreas sofram com a violência de operações policiais, além da questão do tráfico de drogas.

O movimento cultural do Alto José do Pinho, formado por jovens incomodados com a realidade social do bairro, procurava por meio de músicas e subculturas marginalizadas como *punk e rap* denunciar as mazelas que os rodeavam. Em nossa observação, pudemos detectar que além da música enquanto expressão artística, o movimento também esteve ligado à formação de sujeitos políticos que advogavam/advogam à sociedade melhorias para suas condições materiais de existência. Essa realidade vem sendo transformada com a realização de ações, oficinas, projetos sociais, *shows* e eventos diversos que trazem pessoas de outras localidades para ‘curtir’ a cena do Alto, o que também contribui para a circulação de ideias. Gradativamente o Alto vem:

Passando das páginas policiais para as páginas culturais dos principais jornais de Pernambuco, o Alto José do Pinho da década de 80 para cá foi reduto de um intenso movimento cultural. Quem diria que seria o *punk rock*, alvo de tantos preconceitos sociais, o propulsor de uma cena que se contrapusesse à violência no bairro, que era super explorada pela mídia na época? (LAPENDA, 2018, [s/p]).

O *punk rock*, ou a cultura *punk* mais amplamente, surgiu nos Estados Unidos e chegou quase que instantaneamente à Inglaterra, onde nasceram as bandas que catalisaram para o resto do mundo, sendo identificadas diversas cenas em vários continentes. No Brasil, chegou por volta de 1977, inicialmente na cidade de São Paulo e, posteriormente, formou pequenas cenas ao redor do país. Entre essas localidades, o movimento *punk* de Brasília legou alguns dos grandes nomes do *rock* nacional na década de 1980, como *Aborto Elétrico*, cujos dissidentes formaram as bandas *Legião Urbana* e *Capital Inicial*, além da *Plebe Rude*, entre outros.

Vale citar que, enquanto estilo musical, os *punks* se opuseram desde o início ao *rock* progressivo, pois, para produzir esse tipo de música eram necessários recursos financeiros muitas vezes inacessíveis aos jovens. A proposta do *punk* é ser simples e direto. Em poucos acordes, procura expor mazelas sociais por meio de críticas vorazes e ácidas aos valores tradicionais e à estrutura política e econômica vigente. Todavia, também trata de outros temas como niilismo, autoafirmação pessoal, consumo de drogas lícitas e ilícitas, hedonismo, dentre outros. Em algum momento, o *punk* viria a ser cooptado pelo capital, fato que, ao invés de levar ao seu fim, provocou o surgimento de vertentes mais agressivas e contundentes como o *hardcore punk* e o *crossover*. Apesar da sonoridade e temas tratados terem se modificado ao longo da experiência de grupos e artistas, o sentimento de revolta contra condições políticas e sociais nunca deixou de estar presente.

Por outro lado, para Viteck (2007), o *punk* sofre influências dos locais onde aporta. Em São Paulo, maior cena brasileira, esteve ligado a vários episódios de violência entre gangues na busca por espaço. Em entrevista concedida a Lemos (2013, [s/p]), Tina Punk, nome pelo qual era conhecida Tina Ramos, uma das mais famosas *punks* paulistas, afirma que "[...] a grande briga sempre foi entre os punks do ABC e os punks do subúrbio. Era briga por espaço. E esse espaço era o centro da cidade".

O que parece ter acontecido em Recife segue uma lógica um pouco diferente. A cidade, constantemente identificada como um dos piores lugares do mundo para se viver na década de 1990, com graves processos de exclusão históricos e em andamento, levou o *punk* à união com outros movimentos musicais e culturais, além da formação de uma verdadeira liga de subúrbios diversos da Região Metropolitana do Recife, que apresentavam problemas semelhantes enfrentados pela juventude em busca de melhoria

de vida e espaço para expor suas sensibilidades. Como relata Montarroyos (2010, p. 38), “o Recife era uma cidade cruel com os jovens que gostavam de rock no final dos 1980”. Eram praticados diversos níveis de violência simbólica e material.

Considerando o relato de Tina para Lemos (2013), bem como o de Santos (2020), apesar da origem periférica desses grupos, o centro da cidade apresenta-se também como local privilegiado para a análise, pois nele, parecem se desenvolver não apenas conexões afetivas, mas um imaginário próprio de pertencimento à cidade, que está ligado não apenas à memória, mas à resistência aos processos de exclusão.

Em todo caso, não podemos deixar de falar sobre os atos violentos praticados do outro lado. Santos (2022, [s/p]) relata que, não raro, *shows* realizados em localidades diversas acabavam com banheiros destruídos, cadeiras quebradas e outros transtornos. Quando questionado sobre o porquê dessas cenas, o depoente afirma que “quem só recebe violência, só tem violência pra dar”. O que mostra uma dupla faceta dos processos de violência física e simbólica sofridos pelos jovens, que acabavam por retornar aos grupos detentores do poder de decisão sobre ocupação dos espaços.

Há de se ressaltar que as relações do *punk* com a imprensa em seu início também não eram das melhores. Na seção Cartas à Redação no Diário de Pernambuco de 2 de fevereiro de 1984, por ocasião da exibição de um filme sobre a banda americana *AC/DC*, o jornalista Celso Marconi (1984) publicava um texto intitulado “A baderna dos jovens” e fala que os “punks da periferia” – em provável alusão à música de mesmo nome do cantor Gilberto Gil – após exibido o certificado da censura “começaram a gritar como verdadeiros possessos medievais, e que queriam que um som de Sala de Cinema cobrisse a balbúrdia que estavam fazendo”. São relatadas cenas de vandalismo:

Falta equilíbrio a esses jovens (punks da periferia?) para se comportarem numa comunidade. Certamente são pessoas reprimidas, sofridas, e sem uma visão segura do que é a vida em comunidade. O escuro do cinema, o *AC/DC*, serviu para uma estranha liberação. Tenho pena desses jovens plim-plim (MARCONI, 1984, [s/n]).

Por conta do período histórico, a dificuldade no acesso à música fora das produções culturais tradicionais da região e dos grandes medalhões da MPB dependia em grande parte dos contatos de amizade com alguns abastados que conseguiam comprar ou importar materiais fonográficos de algumas lojas que foram surgindo com base nesse mercado consumidor. O centro do Recife, que funcionava como centralizador de todas essas tribos, teve várias dessas lojas, tais como *Vinil Discos*, *Rock Xpress*, *Discossauro* e

Blackout Discos, dentre outras. Todas elas se voltavam ao *rock* em suas múltiplas designações. Algumas ainda estão em funcionamento no ano de 2023, todavia aumentaram o portfólio para outros materiais como roupas e adereços diversos voltados ao público alternativo.

A cultura material desses grupos – tanto a autoproduzida quanto a adquirida por meio de redes de comércio alternativas ao grande mercado – é bem variada e faz parte de suas identidades. Não são apenas as camisas pretas, mas *piercings*, brincos, jaquetas com rebites de metal, coturnos, pulseiras, vestimentas diversas e *patches*⁷ de mensagens políticas ou de bandas com as quais se identificam. Ainda podemos citar a produção de fanzines, que são pequenos boletins de fãs que circulavam pelos circuitos alternativos de divulgação e que, durante muito tempo, eram feitos de maneira completamente artesanal, circulando informações de bandas, *shows* e eventos na era pré-internet. Também publicavam cartas de leitores e davam por conhecer a cena de uma localidade a outras.

A cultura enquanto resistência a processos de exclusão

Uma boa parte dessa juventude ligada à música e a arte acabou se profissionalizando em funções que começaram a desenvolver ainda amadores. Fazem parte da cena da cidade como produtores culturais, *roadies*, músicos, educadores sociais, dentre outros. Porém, existe ainda uma grande dificuldade de se trabalhar com cultura popular, que no Brasil depende quase inteiramente do fomento estatal. Zygmunt Baumann, ao abordar a crítica de T. W. Adorno quanto ao Estado como mecenas e administrador da cultura, afirma que aquele não enxergava com bons olhos a gerência estatal nas atividades culturais, porém reconhecia que mesmo sofrendo prejuízos ao ser administrada ou planejada desta forma, a cultura não poderia ser deixada por conta própria e os criadores precisavam conviver com esse paradoxo. O conflito reside no poder de tomada de decisão sobre o que produzir e o que colocar em prática (BAUMANN, 2013). Entretanto, observamos que esses grupos possuem a capacidade de criar pequenas redes econômicas fora do grande mercado. Seja pela promoção de shows com ingressos a preços simbólicos ou venda de alimentos e produção artesanal, existe um mercado produtor e consumidor considerável.

⁷ *Patches* são pequenos pedaços de tecido com impressão de logomarcas de grupos, mensagens políticas ou qualquer outra coisa que se queira fazer para modificar uma peça de vestuário. São muito procurados em *shows*, lojas e eventos de rock diversos.

Se, por um lado, Arantes (2009) coloca que a gentrificação exclui as populações subalternas, por outro, as manifestações artísticas e culturais dessas classes – que durante a história não raro foram objeto de repressão do aparato estatal – se colocam como formas de resistência à cultura dominante, tendo a capacidade de compreender e subverter alguns de seus códigos para uso em benefício próprio. Não é incomum que essas oposições, por vezes, se transformem em confrontos abertos contra o Estado e as elites financeiras.

Ao trabalhar com a categoria da cultura enquanto analisa a questão do *rock* na pós-modernidade, o ensaísta venezuelano Luís Britto García (1990) afirma que sua função é permitir a convivência social. Para o autor, todo ser vivo deve organizar suas relações com o meio no qual existe. Para isso, ele tem um código genético que o organiza, preserva e transmite sua estrutura hereditária que se modifica a partir de mutações. Também possui uma memória que conserva as informações essenciais para a conduta do indivíduo e que se modifica por meio da adição de novas memórias. E, por fim, todos os organismos sociais desenvolvem uma cultura coletiva que possui dados essenciais relativos ao ambiente social no qual vivem. Essas condutas são necessárias para reger as relações entre os integrantes de um grupo nesse ambiente.

O autor prossegue sua análise explicando que a cultura, por sua vez, se modifica no contato com subculturas que constituem a intenção de registrar mudanças no ambiente ou mesmo uma nova diferenciação do organismo social. As subculturas constituem, nesse caso, instrumentos de adaptação e sobrevivência à cultura dominante da sociedade, ao mesmo tempo em que são um mecanismo natural de modificação delas. Elas cumprem para a cultura a mesma função que as mutações desempenham no código genético e que as novas sinapses de associações de ideias cumprem para a memória. Por fim, quando uma subcultura chega a um nível de conflito indissociável com a cultura dominante, ela se transforma numa contracultura (GARCÍA, 1990).

O movimento *punk* é comumente classificado como contracultural por se apresentar antissistêmico em relação ao capitalismo e suas matrizes de sustentação. Para exemplificar, os eventos de *punks* no centro do Recife eram conhecidos como *Encontros Antinucleares*, ou seja, os jovens tinham consciência de que uma guerra nuclear – possibilidade que assombrou o mundo na Guerra Fria e que vez por outra volta à tona em conflitos internacionais – poderia afetar toda a vida no planeta.

O fato acima – que é motivo de riso entre os frequentadores dos meios culturais do Recife atualmente – durante a década de 1980, preocupava realmente aquela juventude

periférica, mesmo tendo problemas mais próximos e urgentes para garantir sua sobrevivência. Em todo caso, não podemos dissociar o fato de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil esteve desde sempre ligado aos quadros internacionais, o que acabou por ampliar as tensões sociais já existentes há décadas (MINTO, 2013). Levando em consideração que em um mundo globalizado decisões geopolíticas do cenário internacional têm impacto local, que é exacerbado ainda mais para as populações periféricas, essa preocupação não ocorria sem motivos.

Em todo caso, usando teorização de García (1990) não classificariamos o que houve no Alto José do Pinho como um movimento de contracultura *per se*. O que enxergamos ao analisar a questão é que aqueles jovens procuravam inclusão e não um rompimento total. Queriam ter o mínimo de dignidade que era negada pelas condições sociais vigentes no cenário local, nacional e internacional. Isso não indica, por outro lado, que não houvesse embates. O jornalista José Teles, famoso nos meios roqueiros recifenses por cobrir a cena desde 1980, falava em tom de piada no ano de 2013:

Em meados dos anos 80, quando todo roqueiro no Recife não apenas tinha cara de bandido, como vivia levando baculejo dos homi, a banda Realidade Encoberta espalhava seu hardcore pelos poucos espaços disponíveis na cidade (TELES, 2013, [s/p]).

Esse excerto de José Teles exemplifica a realidade de choques diários do público ligado ao *rock/punk/metal* com o aparato policial do Estado. O ‘baculejo dos homi’ era a forma hodierna das populações periféricas se referirem às constantes abordagens policiais sofridas. Os roqueiros, *punks*, *headbangers*⁸ e afins não raramente eram abordados, muitas vezes humilhados nessas intervenções, sendo taxados de vagabundos, alienados, satanistas, drogados, entre outros adjetivos pejorativos. Não raro iam às vias de fato com o aparato policial em *shows*, encontros e eventos diversos. Já a afirmação de que todo roqueiro tinha cara de bandido nos anos de 1980 pode suscitar profícuas discussões.

José Teles é um jornalista que começou a cobrir os eventos de *rock* no país ainda na década de 1980. Sempre foi simpático àquela juventude, sendo provavelmente, entre personalidades ligadas à imprensa, um dos que mais escreveram e fomentaram a cena roqueira pernambucana. Acreditamos que sua forma de escrever se refira a como os

⁸ Termo pelo qual o público afetivo do metal se autodenomina. O termo metaleiro(a), criado pela Rede Globo de Televisão durante a cobertura do Rock in Rio de 1985, é comumente rechaçado dentro da comunidade.

adeptos do *rock* eram enxergados pelas autoridades e pela sociedade recifense nesse período, aludindo claramente à composição Ôrra Meu! de Rita Lee:

Eu tô ficando velho,
Cada vez mais doido varrido
Roqueiro brasileiro,
Sempre teve cara de bandido!
(Rita Lee – Ôrra Meu!)

Isso porque não apenas os conflitos com a polícia eram constantes, como o estranhamento social àquelas hordas vestidas de preto, com cabelos longos ou espetados e usando adereços peculiares, não era uma situação incomum.

Por fim, retomando Arantes (2009) e Bauman (2013), que reconhecem os conflitos diversos na esfera cultural (aqui entendida como promoção artística), podemos afirmar que os processos que se desenvolveram no Alto José Pinho tiveram uma forte componente endógena. Foram os jovens da comunidade ligados a vários ritmos musicais, se sobressaindo o *punk rock*, que resolveram não aceitar o lugar que lhes era imposto. Por meio de suas músicas, arte, projetos e engajamento em outras causas sociais, eles conseguiram, dentro de um cenário improvável, promover modificações na localidade. Aquela juventude queria fazer com que suas ideias e suas concepções de mundo chegassem à sociedade e instâncias de decisão política.

Se por um lado se opuseram à realidade em que se encontravam, por outro, hoje fazem parte da cena sociocultural da cidade, afirmando a periferia dentro dos espaços anteriormente reservados apenas aos eventos das elites. Consideremos, porém, que o Recife apresenta a característica marcante de possuir muitos agentes do meio cultural que ‘vivem nas’ e lutam pela cultura desenvolvida nas regiões periféricas. Não afirmamos, porém, que os conflitos tenham desaparecido. Eles continuam fortes e a comunidade do Alto do José do Pinho ainda sofre com problemas estruturais como acesso precário, pobreza e violência, todavia, o que fora despertado nas décadas de 1980 e 1990 continua dando frutos nesse longo processo de insurgência das periferias.

Posteriormente, no fim dos anos de 1990, o surgimento do movimento *manguebit* (*manguebeat*) – que completou 30 anos de 2022 e foi o principal tema de várias das festividades de Pernambuco tais como o carnaval e o Festival de Inverno de Garanhuns (dois dos principais eventos turísticos oficiais do estado) – passou a congrega boa parte dessa cena musical ligada ao *punk rock*. Podemos afirmar que o mangue (como é

comumente tratado) é tributário do *punk*. No documentário *Manguebit* (2021), dirigido pelo cineasta Jura Capela – que apresenta falas diversas de componentes da cena cultural recifense – há várias referências de que esse movimento se originou com os *punks* e que muitos deles passaram a se aventurar por novas sonoridades.

Apesar de não trabalharmos diretamente o movimento mangue em nossa pesquisa, durante nossa imersão ainda em andamento, por vezes é difícil diferir especificamente as identidades imbricadas no processo, dada a característica do cenário multicultural da cidade. Podemos dizer que é necessário o conhecimento aprofundado pela convivência, retomando a experiência de Guillen (2018), com personagens diversas para perceber facetas identitárias dos grupos que ora se aproximam, ora apresentam pontos discordantes. Em todo caso, podemos afirmar que compartilham visões de mundo ligadas ao que consideramos como uma identidade primária relacionada à condição periférica.

Para exemplificar o engajamento desses movimentos culturais com a realidade socioeconômica que os cercava, apresentamos excertos das letras de ‘*Eu tenho pressa*’ da *Devotos* e ‘*A cidade*’ de *Chico Science e Não Zumbi* – duas músicas advindas do movimento cultural da juventude nas periferias da capital pernambucana, uma do *punk* e outra do mangue, ambas da década de 1990, mas ainda hoje cantadas a plenos pulmões pelo público. As canções continuam atuais e demonstram que os conflitos entre as classes subalternas e dominantes na cidade do Recife continuam sendo um objeto privilegiado de análise histórica:

Eu tenho pressa de vencer (Eu tenho pressa)
 Eu tenho pressa de vingar (Eu tenho pressa)
 Vencer para me suceder (Eu tenho pressa)
 Vingar pra me realizar (Eu tenho pressa)
 [...]
 Vivendo assim eu vou morrer
 Vivendo assim eu vou matar
 Eu tenho pressa de vencer
 Eu tenho pressa de vingar (...)
(Devotos – Eu tenho pressa)

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
 Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
 Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
 Não importa se são ruins, nem importa se são boas
 E a cidade se apresenta centro das ambições
 Para mendigos ou ricos e outras armações
 Coletivos, automóveis, motos e metrô
 Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
[...]

A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares

No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
[...]
(Chico Science e Nação Zumbi – A cidade)

Conclusão

A cidade é provavelmente a maior construção humana. Por motivos diversos, mas que passaram sempre pela necessidade de relações sociais para a sobrevivência da espécie, os seres humanos empreenderam vários modelos de agrupamento, quer por questões reprodutivas, alimentares ou espirituais. Esses modelos evoluíram, sofreram continuidades e descontinuidades, até que alguns milênios depois dos primeiros registros de cidades que acompanhavam as aldeias, tivemos a cidade comercial e seus desdobramentos como um evento global. A essas, seguiram-se modelos de urbanização visando a uma melhor ocupação e habitação para resolver problemas básicos, como acesso à água, tratamento de dejetos, necessidades de deslocamento, trocas comerciais e outras.

Com o advento da Revolução Industrial inglesa no século XVIII, a cidade começa a inverter sua relação com o campo e passa a ser o principal lócus de habitação humana, a partir do momento em que o campo é cercado e transformado em mercadoria. Enquanto aumenta a mecanização na agricultura, a população vai sendo expulsa e passa a procurar moradia e trabalho nas regiões industriais, que gradativamente vão acumulando problemas diversos. O seguir do processo nos séculos XIX e XX faz com que a cidade industrial se torne fatalmente central. Em países como o Brasil – com toda sorte de problemas decorrentes da estrutura fundiária e econômica escravagista, após liberação dos escravizados e da importação de mão de obra branca para modernizar o país – as periferias dessas cidades passam a serem habitadas por excluídos que procuram ocupação

na indústria e no comércio, sendo por vezes ignorados pelos planos diretores elaborados durante o século XX.

Esses processos, sejam de crescimento, desenvolvimento ou exclusão, não passaram para seus habitantes, sem que fossem afetadas suas sensibilidades, seus corpos, suas formas de construir e reconstruir em seu imaginário, suas moradias, habitações e vivências. Isso gerou conflitos que se expressavam na arte, na música, na organização em movimentos reivindicatórios de direitos, do direito de viver e ocupar uma cidade livre da violência diária, seja simbólica, seja física empreendida pelos poderes políticos e por aqueles que possuíam e possuem recursos para exercerem influência na construção e definição do espaço.

No Recife especificamente, as populações expulsas do centro pelas políticas de um urbanismo higienista ocuparam as áreas de morros, que até os dias atuais apresentam vários problemas de ordem sanitária, de deslocamento, além de serem alvo frequente da violência tanto interna, normalmente ligada ao tráfico de drogas, quanto estatal, por meio do aparato policial. Nesse ínterim, surge um movimento cultural de jovens no Alto José do Pinho, durante os anos de 1980 e 1990 que perdura até os dias atuais, criticando as condições insalubres de vida, a pobreza e a falta de políticas públicas para resolução dos problemas da comunidade. De alguma forma, por meio da união, inclusive com outras periferias, esses movimentos floresceram e conseguiram realizar uma valorização da comunidade, que como dito por Lapenda (2018), saiu das páginas policiais para as páginas culturais.

Mesmo considerando a pandemia de Covid-19, que interrompeu alguns dos processos em andamento, a retomada recente com a reabertura do mercado cultural fomentou alguns projetos por meio de dispositivos jurídicos específicos como a Lei Federal Aldir Blanc, além do Funcultura, programa mantido pelo governo de Pernambuco, que permite acesso a recursos por meio de editais anuais de chamamento de projetos. Aqui, retomamos Bauman (2013), quando afirma a necessidade de financiamento estatal para fomento da cultura, mesmo que haja conflitos entre produtores e agentes estatais acerca da definição do que produzir e como produzir.

Além da expressão das sensibilidades dos que nela habitam, a cidade se tornou o principal locus do conflito entre classes (mas longe de ser o único). Retomando Pesavento (1995) ao abordar Marcel Roncayolo, a cidade pensada ou idealizada no ‘plano do desejo’ por aqueles produtores privilegiados do espaço – ou seja, arquitetos, urbanistas,

engenheiros, médicos sanitários e demais técnicos burocratas – nem sempre levou em consideração os consumidores do espaço urbano e habitantes da urbe. Todavia, eles não se mostraram passivos, fazendo intervenções diversas, seja ocupando, se expressando artisticamente, seja resistindo e não aceitando sem luta os processos que os secundarizavam ou excluía da vivência do espaço urbano. No fascínio que o centro oferece no imaginário, as áreas centrais do Recife parecem ter sido para os *punks* um lugar privilegiado, mas também disputado. Como relata a autora, se a cidade é por um lado luz, ela também pode ser ameaçadora. Mas, a periferia também faz parte dessa cidade, a parte excluída, problemática, mas que por vezes, apresenta uma potência cultural com capacidade de tomar de assalto outras áreas. É nesse sentido que identificamos no Alto José do Pinho um dos lócus dessa potência criadora, pela qual a cidade do Recife é posta em vitrine muitas vezes como cidade multicultural.

Entendemos ainda que o processo de valorização da cultura é também um lugar de disputas entre agentes do mercado, do Estado, de produtores culturais e de artistas. Os agentes estatais, nesse caso, acabam tendo alguma margem de liberdade de ação. No Recife, muitos deles são ligados às periferias, seja por aproximação ideológica com processos endógenos, seja por serem habitantes, incluso o fato de que parte dos mandatários dos poderes legislativos municipais são oriundos dessas comunidades, o que acaba por criar uma via de acesso de grupos periféricos ao fomento público.

Nesse caso, encontramos relação ‘o direito à cidade’ de Lefebvre (2008) se encontrar presente na organização desses movimentos, sejam culturais, sejam sociais – que buscam lutar pelo direito de usar o espaço urbano e de serem incluídos nas políticas públicas – além de não terem suas vozes silenciadas pelos processos de exclusão aos quais estão submetidas as populações subalternas.

O *punk*, não apenas recifense, mas onde aportou, é comumente considerado um movimento anticapitalista e antissistêmico, em algumas situações apartidário, mas que se traveste de características locais aonde chega (VITECK, 2007). Portanto, no Recife – como um movimento musical, social e cultural urbano, tendo como âncora as regiões periféricas – o *punk* se ligou também às situações sociais que a juventude subalterna lidava diariamente. No trecho citado anteriormente da banda *Devotos*: “eu tenho pressa de vencer, eu tenho pressa de vingar”, está explícito que esses jovens procuravam além da contestação de sua realidade, meios para sua existência em comunidades marcadas por situações políticas e sociais de abandono, exclusão, falta de perspectivas e ausência de

esperanças num futuro melhor. Essa cena continua se reproduzindo. Existe atualmente uma *Rede Periférica Antifascista da Cena Underground*, formada por vários coletivos na Região Metropolitana do Recife, que une bandas de *rock* de vários estilos, como o *punk*, *hardcore thrash metal* e *thrashcore*, dentre outros que pregam consciência de classe e empoderamento da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2023).

Por fim, podemos afirmar que esse movimento tem se renovado com a presença de novos jovens, muitas vezes filhos de pais e mães que viviam a cena *punk underground* anos de 1980-1990, mas que também são atraídos por se identificarem com os valores professados, além, claro, do gosto musical. Também é comum que, apesar de se se assumirem como *punks* em seu cotidiano, não consumam apenas aquele gênero musical, mas vários estilos de *rock* e metal e formas fusionadas com o *rap*, *hip hop* e ritmos locais, que, independentemente da sonoridade final, encontram respaldo na expressão da vida diária periférica.

Referências

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves; GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do estado urbano no Recife. *Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013, p. 1-15

ANTUNES, Fabiano. Rec-Beat anuncia programação completa da sua 27ª edição. *Folha de Pernambuco*. Publicado em 16 fev. 2018. Disponível em <https://www.folhape.com.br/colunistas/folha-turismo/rec-beat-anuncia-programacao-completa-da-sua-27o-edicao/35444/>. Acesso em 23 ago. 2023.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único - Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 11-74.

BARBOSA, Suellen. Festival Quarta Cinza Rock promete esquentar o carnaval de Recife. *Agência de Notícia das Favelas (ANF)*. Publicado em 21 fev. 2023. Disponível em <https://www.anf.org.br/festival-quarta-cinza-rock-promete-esquentar-o-carnaval-de-recife/>. Acesso em 23 ago. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVERIA, Lucia Lippi (Org). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 16-35.

GARCÍA, Luís Britto. *El império contracultural del rock a la postmodernidad*. Caracas: Editora Nueva Sociedad, 1990.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Entre bordados, costuras e tambores: A oralidade nos maracatus-nação do Recife – Pernambuco. Apontamentos para pensar o trabalho de campo e história oral nos inventários do patrimônio imaterial. IN: BAUER, Letícia Brandt; BORGES, Viviane Trindade. *História Oral e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 113-135.

LAPENDA, Duda. Devotos lança livro sobre trajetória no Alto José do Pinho neste sábado. *Jornal do Comércio*. Publicado em 01 de set. 2018. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/musica/noticia/2018/09/01/devotos-lanca-livro-sobre-trajetoria-no-alto-jose-do-pinho-neste-sabado-353168.php>. Acesso em 22 de jul. 2022.

LEFEBVRE, Henry. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

LEMOS, Nina. A vida é punk: Tina Ramos levou a minissaia para a cena punk, encarou brigas de rua e lutou pela ideologia do movimento. *Revista TRIP*. Publicado em 10 de jun. 2013. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/a-vida-e-punk>. Acesso em 22 de jul. 2022.

MAFFESOLI, Michel. O Tempo das Tribos: *O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MANGUEBIT. Direção: Jura Capela. Produção de Jura Capela. Recife: Jura Produções, 2021. Cinema da Fundação – Porto Digital. Exibido em 31 mar. 2022.

MARCONI, Celso. A baderna dos jovens. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 fev. 1984, Cartas à Redação.

MARICATO, Ermínia Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia *A cidade do pensamento único - Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 121-191.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas. *Revista HistedBR Online*, Campinas, n. 54, p. 242-242, dez. 2013.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife no início do século XX. *Clio Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: UFPE, v. 20, n. 1, p. 141-171, 2002.

MONTARROYOS, Hugo. *Devotos 20 anos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1982.

OLIVEIRA, Martihene. A Rede Periférica Antifascista e sua comunicação underground como ferramenta da arte e luta popular. *Mapa da Mídia Independente e Popular de Pernambuco*. Publicado em 16 mai. 2023. Disponível em <https://mapadamidiape.marcozero.org/a-comunicacao-underground-como-instrumento-de-visibilizar-vozes-da-arte-e-luta-perifericas-do-coletivo-m-1/>. Acesso em 23 ago. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERNAMBUCO. Lei 13.853 de 19 de agosto de 2009. Considera o Manguebeat Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, PE, 20 ago. 2009.

PODER 360. Brasil tem “boom” de população de rua. Publicado em 20 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-tem-boom-de-populacao-de-rua-dw>. Acesso em 21 de jul. 2022.

SANTOS, Marconi de Souza (Cannibal). Mensagem. Instagram Direct. 7 set. 2020. 2:38. 1 mensagem de áudio de Instagram Direct.

SANTOS, Marconi de Souza (Cannibal). Movimento Punk. Narrativa. 29 nov. 2022. 56:49. 1 arquivo de áudio m4a.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Luís Octávio da. História urbana: uma revisão da literatura epistemológica em inglês. *Revista Eure*, Santiago de Chile, v. XXVIII, n. 83, p. 31-44, mai./2002.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*. São Paulo: USP, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, 1994.

TELES, José. A Realidade Encoberta está de volta. *Jornal do Comércio*. Publicado em 8 mar. 2013. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/toques/2013/03/08/a-realidade-encoberta-esta-de-volta>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade, o urbano, o lugar. *Revista Geosp*. São Paulo: USP, n. 6, p. 11-15, 1999.

VITECK, Cristiano Marlon. Punk: anarquia, neotribalismo e consumismo no rock’n’roll. *Espaço Plural*, n. 16, p. 53-58, jan./jun. 2007.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.